

RESENHA

UM EM CASA DE OUTRO – Concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780) - Rangel Cerceau Netto. São Paulo: Ed. Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008. (Coleção Olhares) 160p.



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v6i2.1386>

Loque Arcanjo Junior

Doutor em História Social da Cultura pela UFMG

Professor Adjunto da UEMG e do UNIBH

E-mail de contato: loquearcanjo@yahoo.com.br



<https://orcid.org/0000-0002-4912-8190>

Sabrina Balthazar Ramos Ferreira

Graduanda em História pelo UNIBH

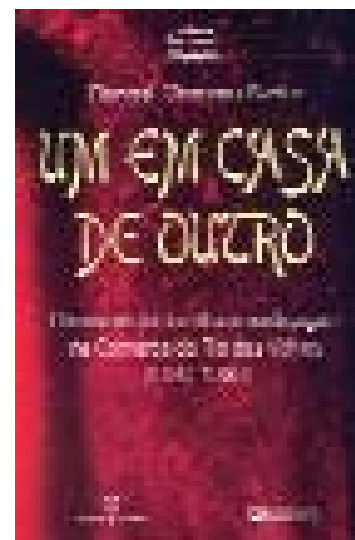
E-mail de contato: sabrinabrf@hotmail.com



<https://orcid.org/0000-0001-6992-3215>

Recebido em: 10/12/2013 – Aceito em 08/04/2014

É possível dizer que a História, enquanto saber científico, pode ser observada como um organismo vivo, dinâmico, que avança, retrai, se aprofunda ou plana superficialmente sobre as questões humanas. Tal aspecto se mostra mais latente no estudo das correntes historiográficas. Desse modo, observam-se em cada produção historiográfica, certas especificidades que conferem a ela uma dada “identidade”, possibilitando, assim, localizá-la no tempo e no espaço. Com isso, tal obra passa a vigorar em uma bem estruturada rede, desempenhando, em certos casos, um papel atuante no universo historiográfico. Por se tratarem de construções sociais, essas redes possuem uma dinâmica própria vivenciada por aqueles que a constituem. São articulações internas, que refletem visões de mundo que acabam por conferir a seus componentes uma identidade própria enquanto grupo. Tais indivíduos compartilham das mesmas experiências, limitações e expectativas por se localizarem em um mesmo “lugar” de observação – tanto do presente como do passado. Lugar este, apreensível somente através de um olhar minucioso que venha desvendar os elos de ligação de uma dada produção com as demais obras concebidas.



Exemplificando tais pressupostos, apresenta-se *Um em Casa de Outro*, de Rangel Cerceau Netto, resultante de sua apresentação da Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Ciente de sua atuação e da contribuição de sua obra, Rangel enfatiza em todo transcorrer da narrativa o lugar de suas análises quantitativas que, aliadas às especificidades obtidas na documentação, refletem suas concepções sobre o concubinato. Além disso, reforça, com argumentações e citações, a conexão do conteúdo com o histórico sobre a temática produzida ao longo das décadas. Mostra-se, portanto, um historiador, sabedor de sua ação no presente e de sua contribuição para o futuro.

Abordando temas já bastante explorados pela História – a escravidão, a família, a miscigenação e o concubinato – a referida obra cumpre o script já mencionado, por introduzir no campo de análises uma nova abordagem, que se articula com o crescente movimento da historiografia, de resgate e valorização de sujeitos históricos eclipsados em discursos anteriores. Torna-se claro, no decorrer da narrativa, o processo de legitimação de suas análises ao esquadrihar as diversas contribuições pas-

sadas sobre o tema que propiciaram ao autor transitar em sua pesquisa. Nesse sentido, percebe-se uma extensa bibliografia que oferece um lastro de consistência que logo se faz notar.

Logo de início, na apresentação do livro realizada por Eduardo França Paiva – referência nos estudos sobre a temática – é ressaltado o fôlego do trabalho empreendido por Rangel ao vasculhar e analisar mais de 1.000 autos de devassa processados na Comarca do Rio das Velhas entre 1727-1756. Além destes, foram utilizados registros de batismo, inventários, testamentos, libelos, processos criminais, termos de bem viver, pedidos de legitimação, cartas e disposições do Reino e da Colônia, relatos de padres e viajantes e registros de visitas pastorais. Quanto às fontes de origem eclesiástica, procurou – o que transparece em sua narrativa – abstrair o conteúdo moral cristão inerente a elas, por se tratarem de valioso instrumento para pesquisar o passado. Não apenas no vulto da documentação reside a relevância do trabalho executado por Rangel. Seu rigor metodológico ao fazer um extenso cruzamento de fontes fez com que a obra recebesse os dividendos de um trabalho que segue proeminente no rol dos estudos sobre o assunto. Diante de um vasto corpus documental o autor não se intimidou, conseguindo por fim, sacar aquilo que o inquieta e que o impulsiona. No caso de Rangel, seu intuito de lançar luz sobre as relações concubinárias do referido período, contemplando a mestiçagem biológica e cultural, permitiu que novos olhares fossem concretizados sobre a intensa hibridação colonial que se efetivou. Ao analisar as relações concubinárias por um viés distinto dos anteriormente tratados, Rangel, além de oferecer um vasto quadro de informações, amplia também o leque de possibilidades de se apreender o passado. Dessa forma, busca se desvincular de amarras que por vezes obstruíram o olhar para um passado possuidor de uma dinâmica cultural própria e acessado apenas por um prisma. Prisma este, ditado e viciado, reflexo de narrativas que valorizavam a “verdade” do colonizador ou do viajante europeu que vinha para os trópicos. Vale ressaltar que o peso de uma historiografia que privilegiava a valorização de certos padrões comportamentais tidos como tradicionalmente morais, no presente repercute através do olhar para o passado colonial. No entanto, trabalhos como este, dinamizam a escrita histórica, assim como a interpretação da moralidade. Afinal de contas, conceitos como família, por exemplo, se correlacionam intrinsecamente com a estrutura moral da sociedade em cada contexto. Dessa forma, a obra se inicia com uma série de discussões conceituais sobre as definições mais tradicionais de família. Pois, pode-se afirmar que, diametralmente opostas à família tradicional - moralmente aceita - figuravam estruturas familiares que eram veementemente condenadas pelas autoridades coloniais. Nesse caso, foram tais concepções que acabaram por se perpetuar na historiografia sobre o assunto, muito devido às fontes do período produzidas naquela época. Foram documentos eclesiásticos e relatos de viajantes que contribuíram para visões historiográficas que reproduziam ideais morais, assim como preconceitos.

No esteio das recentes produções historiográficas sobre a temática, a obra se debruça sobre conceitos consolidados ao longo do tempo – tais como família – utilizando-se para isso, de estudos como o do dicionarista Raphael Bluteau. Suas análises foram fruto da articulação de dados quantitativos - obtidos por meio dos testamentos, inventários, autos de batismo e devassas eclesiásticas - e casos particulares específicos obtidos através de um preciso cruzamento de fontes e ligações nominativas. Rangel apresenta ao leitor uma extensa seqüência de dados estatísticos que ganham inteligibilidade por meio de sua condução que problematiza o passado, legitimados por casos específicos explicitados no texto. Evidencia-se assim, um trânsito entre o globalizado e o individual que permite um olhar estrutural da sociedade sem perder de vista suas especificidades. Tais análises possibilitaram desconstruir a idéia de marginalização que acompanhava o conceito de concubinato ao comprovar o significado cultural e social que o mesmo possuía em seu contexto. Além disso, emergem outros modelos familiares que, ao longo do tempo na historiografia, não foram devidamente abordados por não se enquadrarem no padrão social cristão vigente.

O autor desmistifica o concubinato, podendo-se observar que a adoção desta prática não foi fruto de dificuldades de adequação dos envolvidos quanto ao modelo moral vigente. Trata-se sim de

uma opção de organização familiar por diversos grupos sociais que constituíam a sociedade setecentista na Comarca do Rio das Velhas. Tal aspecto foi amplamente ressaltado pelo autor ao demonstrar nas particularidades dos casos estudados, a longevidade e permanência do concubinato - o que acaba por nos revelar a imbricada dinâmica social e cultural que se fazia presente. Para isso, muitos foram as estratégias adotadas pelos concubinos para resistirem às imposições eclesiásticas e legais que buscavam homogeneizar culturalmente a sociedade colonial. O próprio título da obra - *Um em Casa de Outro* - faz menção ao recurso empregado pelos praticantes no intuito de burlarem a ação repressora das autoridades eclesiásticas. Trata-se de uma das formas encontradas para resguardar a existência de uniões entre sujeitos moral e socialmente impedidos de se relacionarem publicamente. O que se observou, foram as dificuldades práticas na tentativa de nivelamento cultural e moral diante da diversidade étnica e cultural existente na América Portuguesa. Diversidade esta, presente, por exemplo, onde havia participação de indivíduos de etnias africanas, na qual suas culturas possuíam uma dinâmica distinta do padrão ocidental - com práticas poligâmicas e matriarcais. Tanta diversidade abriu precedente para a existência de modelos familiares que escapavam ao padrão português, notadamente patriarcal. Através das inúmeras devassas consultadas pelo autor, nota-se a intensa ação eclesiástica de repressão às condutas desviantes. O que se pode apreender é a resposta das autoridades devido à existência em larga escala de modelos familiares considerados imorais. Para tanto, Rangel se baseia em incontáveis tabelas que demonstram os processos sobre os desvios cometidos, detalhando desta forma, o perfil dos sujeitos envolvidos. O que pode se verificar foi a atuação de diferentes tipos, segmentos e etnias atuando na prática do concubinato. Além disto, dados quantitativos acerca dos tipos de concubinato, situação sócio-jurídica, sexo e qualidade de origem dos praticantes foram expostos no livro. Desse modo, uma verdadeira radiografia sobre o concubinato na Comarca do Rio das Velhas foi apresentada, permitindo assim, se concluir sobre a abrangência significativa de tais uniões naquela sociedade.

Em sua empreitada, o autor parte da historicidade dos conceitos abordados, levantando questionamentos quanto aos padrões morais instaurados, mapeando em seguida, os principais tipos e características das relações de amancebamento existentes. Dentre os tipos destacam-se o concubinato simples - onde os envolvidos eram solteiros ou viúvos - e o concubinato duplo - com a participação de indivíduos poligâmicos. Havia ainda o concubinato clerical, onde um dos integrantes pertencia à estrutura da Igreja. Para além destes, se observam os concubinatos adulterinos, incestuosos e mistos - todos amplamente abordados na obra. A complexidade social vem à tona, abrindo caminhos para um aprofundamento mais detalhado das variadas famílias mestiças que se constituíram. Pode-se destacar ainda, o caráter de estabilidade que acompanhava estas estruturas familiares, ainda que representassem condutas condenadas pela moral católica. Abre-se caminho, portanto, para inúmeras discussões a respeito de valores consolidados que, durante muito tempo foram transmitidos como verdades inquestionáveis. Muitas destas, diga-se de passagem, embasadas por relatos de viajantes e pela historiografia do século XIX que por muito tempo alicerçaram a memória do período colonial e a formação da identidade brasileira.

Nesse ínterim, realiza-se o verdadeiro papel do historiador que, incansavelmente, faz e refaz os caminhos percorridos anteriormente, sempre iluminando o passado através da luz do presente.